

A Revista do IHGB e o saber linguístico: diferentes domínios do saber

Dantielli Assumpção Garcia (UNESP-Ibilce)¹

Resumo: Neste trabalho, analisaremos como o saber linguístico constituiu o discurso da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº400 (1998). Analisaremos como essa revista (RIHGB nº 400) funciona como um índice, isto é, analisaremos como um índice sistematiza, ordena, data e seleciona saberes sobre as línguas do Brasil desde a primeira publicação da Revista (1839) até 1998. Nossa perspectiva teórica é a da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas.

Palavras-chave: saber linguístico; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; domínio do saber.

Introdução

Neste artigo, pretendemos analisar como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante RIHGB) nº 400, de 1998, constitui-se como um índice em que podemos perceber uma divisão em temas dos textos publicados nas RIHGB anteriores a essa publicação. Nossa proposta justifica-se pelo modo como se categoriza em temas, uma vez que podemos perceber como alguns sentidos vão surgindo, enquanto outros vão sendo apagados, esquecidos, silenciados. Nosso objetivo é analisar o modo como, ao se dividir em temas, atribui-se sentidos às coisas, aos sujeitos, aos espaços, aos acontecimentos brasileiros.

Neste trabalho, discorreremos inicialmente sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua revista e, em seguida, analisaremos as tematizações da RIHGB nº 400.

A fundação de um instituto e de sua revista no Brasil do século XIX

Em 1838, funda-se, na cidade do Rio de Janeiro, a partir de um projeto apresentado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) por Januário da Cunha Barbosa e por Raymundo José da Cunha Mattos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa instituição se

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto. Membro do grupo de pesquisa Paladis. E-mail: dantielligarcia@gmail.com

constitui com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” (Extracto dos Estatutos, RIHGB n° 1, 1839, p. 18) relativos à história e à geografia do Brasil. Esses materiais servirão para que seja composta, pelos escritores da sociedade brasileira e internacional, uma história do Brasil. Um lugar em que se pode observar a organização desses textos sobre a história e a geografia do Brasil é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A RIHGB teve sua primeira publicação em 1839 e mantém sua produção até os dias de hoje. Nela, podemos notar a descrição das atividades da Instituição, os materiais sobre a história e a geografia do Brasil coletados e arquivados na revista. Em meio a esses materiais, encontramos os que dizem respeito ao saber linguístico.

Argumenta Schwarcz que, com a fundação do IHGB, busca-se centralizar o poder e todas as discussões em torno de uma história sobre uma nação em formação:

Com relação ao IHGB, toda a produção intelectual esteve profundamente associada ao Estado Imperial, entendido como “a causa última da unidade política do país contra o espírito maligno da anarquia” (RIHGB, 1840, p. 505). Nascido em meio a uma conjuntura em que se luta pela preservação da soberania do país o IHGB identificou-se com a política centralizadora daquele período, mantendo desde a origem a finalidade explícita de construir uma “memória nacional” em que a produção intelectual e relações de poder estivessem tão irmanadas que não haveria lugar para discórdia. “Guardiões do Imperador”, os sócios do IHGB souberam garantir seu espaço no interior da nova organização política justificando a manutenção da unidade interna, causa última de um Estado “que nasceu Império” e debatia-se ante a possibilidade da dissensão (SCHWARCZ, 1993, p. 135).

Por esses dizeres, podemos notar que o papel do IHGB, em uma aliança com o poder Imperial, é também o de uma instituição que almeja manter a ordem da/na sociedade “contra o espírito maligno da anarquia”. Nessa instituição, a possibilidade de “discórdia” é descartada, já que todos os “Guardiões do Imperador” estão unidos com o objetivo de construir um espaço para a divulgação de uma memória do Brasil. Schwarcz (1993; 1989) mostra como o Imperador D. Pedro II mantinha fortes relações com o IHGB – era a aliança entre o Estado e uma sociedade da corte. A autora (1993, p. 102) salienta que, desde o início das atividades do IHGB, o Estado representava, com seus donativos, 75% do orçamento da instituição. A partir dos anos 40, do século XIX, D. Pedro II passa não só a auxiliar como também a frequentar as reuniões do IHGB. Nas palavras do monarca em sua última participação no Instituto: “Agradeço ao Instituto e nada mais digo porque o Instituto sabe que eu sou todo dele” (D. Pedro II). Ao qualificar os sócios como “guardiões do Imperador”, Schwarcz (Ibid.) explicita uma relação de

mão-dupla em que o IHGB sabia que D. Pedro II era “todo dele” e D. Pedro II também sabia que o IHGB era “todo dele”. Afinal, os membros eram os seus guardiões, os seus eleitos para coligir um saber sobre o Brasil. Guimarães (1995) mostra que, no final do ano de 1849, o IHGB ganhou novas instalações, situadas no terceiro andar do Paço, ao lado da Capela Imperial. A partir desse momento, a participação de D. Pedro II nas reuniões do IHGB é assídua: “De dezembro de 1849 até a sua partida para o exílio, [D. Pedro II] participou de 508 reuniões ordinárias, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações” (Ibid., p. 487). Sánchez (2003), analisando os títulos da RIHGB, mostra que os mesmos expõem cada vez mais proximidade com o Imperador, assim como uma autonomia junto à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Nas palavras da autora:

O título da Revista do IHGB e suas alterações ao longo dos anos podem denunciar outras particularidades do Instituto Histórico. Se em 1839 o título faz menção à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional [...] logo no ano seguinte a primazia é deslocada para outra esfera. Quando o imperador aceitou o título de protetor do Instituto, foi acrescentado ao final do título. Esta referência começa em 1840, ano da antecipação da maioridade de D. Pedro II, permanece durante todo o longo Segundo Reinado e prossegue além dele: em 1890 o título ainda traz o nome de D. Pedro II (então no exílio) demonstrando em primeira página o cumprimento da instituição com o poder imperial (Ibid., p. 58).

Podemos notar como as relações no interior do IHGB vão sofrendo deslocamentos com o passar dos anos. Inicialmente, temos uma relação com uma indústria nacional em formação; depois, essa relação movimenta-se mais para um contexto político – relação com o Imperador. É interessante que essas relações mudam até mesmo em termos de movimento no espaço. No início, o IHGB era localizado na própria SAIN. Em seguida, passa ao Paço Imperial, ficando ao lado da Capela Imperial, fato esse que corrobora para a assiduidade de D. Pedro II nas reuniões da instituição. O IHGB divide o espaço com o poder político, que se centraliza nas mãos de D. Pedro II, e com o poder religioso.

Em relação aos membros do IHGB, podemos perceber, de acordo com Schwarcz (1993, p. 105), que os critérios para a seleção dos membros são “bastante elásticos”. De um lado, o intelectual (com trabalhos relacionados à história, à geografia e à etnografia), de outro, o econômico (presente de valor, doações). A instituição, em sua constituição, cumpria diferentes papéis: “para alguns significava um local de projeção intelectual, para outros um espaço de promoção pessoal” (Ibid., p. 105).

Um modo, como já ressaltamos, de produzir/divulgar uma historiografia elaborada pela(os) elite/membros do IHGB foi a *Revista do*

IHGB. A *Revista* tinha um público certo: os sócios do Instituto e as sociedades nacionais e internacionais com as quais o IHGB mantinha contato. A RIHGB, conforme Guimarães (1988), constitui um “foro privilegiado” para notar o projeto historiográfico brasileiro:

Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da *Revista* se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos – de artigos, biografias e resenhas de obras (Ibid., p. 21).

Vejamos, a seguir, como a RIHGB sistematiza esse “projeto historiográfico”.

2. A tematização na RIHGB nº400: os dicionários, as línguas e os índios

A *Revista do IHGB* nº 400, publicada em 1998, em comemoração aos 160 anos do IHGB, busca dar conta de uma periodicidade de 159 anos da *Revista do IHGB*. Tal número apresenta um índice dividido em *assunto, título e autor*. Temos também um texto (*Apresentação*) do Presidente do IHGB (Arno Wehling) e um texto (*Introdução*) assinado pela direção da *Revista*.

Consideramos a *Revista do IHGB* nº 400 um texto documentador que sistematiza a documentação de obras (textos) sobre diversos temas produzidos ou coletados pelo IHGB. De acordo com Nunes (2008), convém distinguir os textos a serem documentados (obras) dos textos documentadores (descrições, comentários, resumos, indexações, bibliografias, periodizações etc.):

Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalinguístico. Por vezes ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação (Ibid., p. 83).

A *Revista nº 400* se apresenta com o objetivo de documentação: “fazia falta, entretanto, um índice que cobrisse o conjunto da produção da *Revista*, atualizado até nossa época e dentro dos moldes técnicos”. Assim, com o objetivo de refletir sobre a prática de documentação efetuada pela *Revista do IHGB*, analisaremos quais textos documentais, especificamente relacionados ao saber linguístico, foram reunidos e divulgados nesse texto documentador que se constitui a *Revista do IHGB* nº 400.

Nosso objetivo nesta parte é analisar como a *RIHGB nº 400* se divide em temas. Como já ressaltamos, a divisão temática indica alguns sentidos,

seleciona fatos, apaga acontecimentos. Para essa análise específica, baseamos na parte do índice *Assunto*. Analisamos especificamente três temas dessa divisão: *Dicionário*, *Língua* e *Índios*. Esses temas foram selecionados, porque em todo o nosso trabalho são eles que perpassam a produção sobre um saber linguístico da RIHGB no século XIX. Assim, pretendemos notar como a produção da RIHGB em relação a esses assuntos são tematizados: que textos são contemplados em tais tematizações? Que sentidos circulam? Que sentidos são apagados?

No tema *Dicionário e Língua*, temos contemplados os seguintes textos:

Dicionário

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba maranhense, 1891.
- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.
- Dicionário histórico e geográfico das campanhas do Estado Oriental do Uruguai e Paraguai, 1887.

Língua

- Vocabulário da língua bugre, 1852.
- Explicação conveniente acerca do trabalho de Pablo Restivo sobre a língua guarani, 1895.
- A língua geral do Amazonas e o guarani, 1888.
- Um manuscrito guarani, 1880.
- Palavras guaranis, 1897.
- Partículas de la lengua guarani, 1895.
- Questões propostas sobre alguns vocábulos da língua geral brasileira, 1882.
- Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1852.
- Coleção de etimologias brasílicas, 1846.
- Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil, 1841.
- A grammar and vocabulary of the tupi language, 1880.
- Vocabulário da língua geral usada hoje no alto do Amazonas, 1854.

Nessa divisão, podemos notar que as línguas documentadas são: *tupinambá*, *língua geral do Brasil*, *língua geral do Amazonas*, *língua geral brasileira*, *língua brasílica*, *língua tupi*, *língua geral usada no alto do Amazonas*, *língua guarani* e *língua bugre*. Ademais, temos uma obra em língua portuguesa que é regionalista (*Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*) e

uma obra de especialidades (*Dicionário Histórico e Geográfico das Campanhas do Estado Oriental do Uruguai e Paraguai*). Há somente uma língua (bugre) que não pertence ao tronco Tupi-Guarani², ou seja, as demais línguas fazem parte desse tronco. Essa divisão constitui um imaginário de que as línguas que têm estatuto de língua são as do tronco Tupi-Guarani, além de apagar o multilinguismo existente no Brasil. No texto *Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil*, podemos notar que não há a indicação de quais línguas indígenas devem ser ensinadas e estudadas. No entanto, essa divisão proposta pela *RIHGB n° 400* permite-nos pensar que somente as línguas do tronco Tupi-Guarani são objetos de um estudo. Cria-se um imaginário de que as “línguas indígenas do Brasil” são somente essas nomeadas nessa parte do índice. De acordo com Barros (1990, s/p.), “no mundo acadêmico do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a principal instituição responsável pela produção e difusão dessa visão normativa do tupi”.

O modo como o índice se constitui, por temas (aqui, especificamente, *língua e dicionário*), encobre a diversidade linguística do Brasil. O índice leva a pensar que, no espaço de “estudo e ensino” das línguas indígenas do Brasil, só teríamos as línguas gerais (tupi-guarani) e que somente essas línguas foram gramatizadas e objeto de interesse do IHGB. Na *RIHGB n° 400*, a língua tupi-guarani é que dá unidade ao espaço multilíngue que é o Brasil. É essa imagem de homogeneidade que apaga a diversidade, que se historiciza nessa tematização do índice e que se sustentará no tema *Índios*.

A tematização *Índios* se constitui da seguinte forma: há a indicação do grupo indígena mais a indicação do tema do texto referente aos indígenas. Essas tematizações vão indicando os sentidos do índice. Vejamos:

Índios Aimoré – Condições Sociais

- Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?, 1842.

Índios Apiacá – Mato Grosso

- Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiacás e descobrimento de novas minas na província de Mato Grosso, 1844.

Índios Bororo – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário da língua dos Bororos-Coroados do Estado de Mato Grosso, 1918.

Os temas que são contemplados nessa parte do índice são: *condições sociais; glossários, vocabulários, etc; usos e costumes; direitos civis; lendas; relações com o governo; religião e mitologia; línguas – estudo e ensino; dicionários, línguas*. A tematização

² Pertencente ao Tronco Macro-Jê.

dicionários e línguas aparece duas vezes. Uma sem a indicação do grupo indígena e outra com a indicação do grupo. Com a indicação só aparece essa estrutura temática uma única vez, fazendo referência aos índios *Tupinambá*:

Índios Tupinambá – Dicionários

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba Maranhense, 1891.
- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.

Índios Tupinambá – Línguas

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba Maranhense, 1891.
- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.

Mais uma vez, tem-se a imagem do tronco Tupi (língua geral, tupinambá) como o tronco legitimado para ser tratado como “língua”, “dicionário”. Os outros trabalhos relativos a outros grupos indígenas não fazem parte dessa tematização, mas sim do “glossário e vocabulários”. A língua indígena legitimada pela *RHGB* é a língua Tupi-Guarani, as outras línguas aparecem secundariamente e fazem referência a um saber sobre o índio e não em relação à sua língua.

Os “Vocabulários e Glossários” contemplados nesse índice são:

Índios Bororo – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário da língua dos Bororos-Coroados do Estado de Mato Grosso, 1918.

Índios Caiapó – Vocabulários, Glossários, etc.

- Vocabulários indígenas, 1892.

Índios Caingangue – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário do dialeto caingang, 1888.

Índios Carajá – Vocabulários, Glossários, etc.

- Vocábulo indígenas, 1892.

Índios da América do Sul – Brasil – Glossários, Vocabulários, etc.

- Notas sobre a história pátria, 1876, 1877, 1878, 1879.
- Vocábulo indígenas e outros introduzidos no uso vulgar, 1882.

Índios da América do Sul – Rio de Janeiro (RJ) – Glossários, Vocabulários, etc.

- Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro quincentista, 1967.

Índios Guaná – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário da língua guaná ou xane, 1875.

Índios Mundurucu – Glossários, Vocabulários, etc.

- Estudos sobre a tribo Mundurucu, 1877.

Índios Puri – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário Puri, 1889.

Índios Tukuna – Glossários, Vocabulários, etc.

- Gramática, dicionário, verbos e frases e vocabulário prático da língua dos índios Tucunas, 1944.

Nessa tematização, temos alguns glossários e vocabulários contemplados. Esses não estão presentes na tematização *Língua e Dicionário*. Qual seria o critério de tematização? Essas outras línguas não teriam o estatuto de língua? Apagam-se, como já ressaltamos, as línguas pertencentes ao tronco Macro-Jê. A divisão em temas é feita pela nomeação do grupo indígena (índios *bororo*, *caingangue*, *guanã*, *mundurucu*, *puri*) e não por sua língua. Esse gesto de documentação apaga as outras línguas e o imaginário de unidade e de representatividade da língua tupi é explicitado. Ademais, podemos perceber uma flutuação nas nomeações: ora o vocabulário é de língua, ora de dialeto, ora é somente pelo nome do grupo indígena, ora aparece sob a nomeação “vocábulos indígenas”, não especificando a que grupo pertence. Não há uma estabilidade nessas nomeações.

As línguas do tronco Tupi-Guarani aparecem nas três tematizações: *Dicionários*, *Línguas* e *Índios*. Essa repetição reforça o imaginário de que as línguas indígenas do Brasil pertencem ao tronco Tupi-Guarani.

Além disso, por essa tematização, podemos dizer que há uma separação do sujeito leitor. O índice divide a sociedade, os sujeitos. Na tematização *Língua e Dicionário*, teríamos textos direcionados a linguistas, a estudiosos das ciências da linguagem. Já na tematização *Índios*, ao sujeito antropólogo. Por isso as outras tematizações trazidas ao tema *Índios*. Ao sujeito antropólogo interessa as condições sociais, os usos, os costumes, os direitos civis, as lendas, a religião, a mitologia dos indígenas. Para produzir um saber sobre o indígena, é necessário saber sobre a vida desses, além da língua que falam.

Finalizando, na análise desses temas, pudemos perceber a não-completude ao categorizar-se, as falhas, os equívocos que um gesto de documentação produz no real e no imaginário da linguagem. Apagam-se alguns sentidos para tornar transparentes outros.

A *Revista n° 400*, como um texto documental, estabiliza sentidos e vai construindo um discurso da história em que podemos ver como as línguas do tronco Tupi-Guarani, em uma relação de força, se sobrepõem às línguas de outros troncos indígenas, tais como do tronco Macro-Jê, e criam um imaginário de unidade, de homogeneidade. Embora até se apresente a diversidade das línguas do Brasil, esta é homogeneizada na tematização, gerando, assim, um apagamento do multilinguismo existente no Brasil desde o início da colonização. Esse apagamento foi pelo extermínio dos indígenas, por

sua catequização, contudo, também foi, como buscamos apontar, pelo controle dos sentidos, pela imposição de uma unidade à diversidade.

Considerações finais

Buscamos mostrar, neste artigo, como, por meio de um trabalho de arquivo, de documentação, não é permitido aos sujeitos esquecer saberes que são constituídos e divulgados para as línguas do Brasil. Afinal, o arquivo está guardado, preservado no interior da instituição chamada Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, guardando dizeres e saberes, o IHGB vai constituindo um discurso oficial e nacional para as línguas do Brasil.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

COLLINOT, André; MAZIÈRE, Francine. **Un prêt à parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Uma história da história nacional: textos de fundação**. Disponível em: <www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/1122008005626.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.

_____. O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**. 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras**. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A**, vol. 9, n.1, p. 83-103, 1993.

SÁNCHEZ, Edney Christian Thome. 221f. **Revista do IHGB: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IEL. Campinas, SP: IEL, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, institutos, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Guardiões de nossa história oficial.** São Paulo: Idesp, 1989.